

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do
Estado de São Paulo - SEBRAE - SP**

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 31 de março de 2018**

Conteúdo

Balanços patrimoniais	3
Balanço orçamentário	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	329.704	256.234	Remunerações e Encargos	12	9.708	9.138
Créditos a Receber	5	4.712	3.697	Obrigações tributárias	13	1.764	3.346
Adiantamentos concedidos	6	3.091	3.758	Contas a pagar	15	19.179	20.454
Convênios a Executar	7	385	385	Obrigações Trabalhistas	14	20.947	24.077
Transações com o Sistema SEBRAE	8.1	31.620	67.399	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8.2	922	3.572
Outros créditos	9	2.074	1.175				
				Total do passivo circulante		52.520	60.587
Total do ativo circulante		371.586	332.648	Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	16	840	996
				Provisões	10	23.546	23.436
Ativo não circulante							
Depósitos Realizáveis	10	18.054	17.966	Total do passivo não circulante		24.386	24.432
Fundos de investimentos	11.1	12.963	11.774				
Aplicações Financeiras	11.2	520.454	512.124	Patrimônio líquido			
Programas de Crédito	11.3	10.338	10.224	Superávit / Déficit acumulado	17	882.426	687.689
Imobilizado	11.4	103.406	104.589	Ajustes de avaliações patrimoniais	17	24.351	24.421
Intangível	11.5	3.193	2.471	Superávit / Déficit do exercício	17	56.311	194.667
Total do ativo não circulante		668.408	659.148	Total do patrimônio líquido		963.088	906.777
Total do ativo		1.039.994	991.796	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.039.994	991.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Balanco Orçamentário - Sebrae/SP									
Período: Janeiro a Março/2018					R\$ mil				
Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		%	Δ % (c/a)
		Previsão Original (b)	Execução (c)			Previsão Original (b)	Execução (c)		
Receitas Correntes	609.797	439.666	467.977	Despesas Correntes	361.409	423.339	349.555	82,6	96,72
Contribuição Social Ordinária - CSO	576.041	386.556	422.893	Pessoal, Encargos e Benefícios	223.275	226.572	214.481	94,7	96,1
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	8.862	26.493	22.267	Serviços Profissionais e Contratados	79.946	136.225	84.112	61,7	105,2
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	142	0	0	Demais Despesas Operacionais	42.851	53.012	47.111	88,9	109,9
Aplicações Financeiras	1.111	300	245	Encargos Diversos	13.009	7.244	3.684	50,9	28,3
Empresas Beneficiadas	21.989	25.417	19.551	Transferências	2.328	286	167	58,4	7,2
Outras Receitas	1.652	900	3.021					0,0	0,0
Déficit Corrente	0	0	0	Superávit Corrente	248.388		118.422		
Receitas de Capital	0,0	0,00	7.746	Despesas de Capital	9.218	13.815	46.529	336,8	504,76
Alienação de Bens	0	0	7.746	Despesas / Outros	9.218	13.815	46.529	336,8	504,8
Oper. Crédito / Receb. Empréstimos	0	0	0	Amortização de Empréstimos	0	0	0	0,0	0,0
Saldo de Exercícios Anteriores		0		Fundo de Reserva		2.512			
Receitas Totais	609.797	439.666	475.723	Despesas Totais	370.627	439.666	396.084	90,1	106,87
Déficit Total	0	0	0	Superávit Total	239.170		79.639		
Total Geral	609.797	439.666	475.723	Total Geral	609.797	439.666	475.723	108,2	78,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações de Resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
	Nota		
Receitas			
Receitas com contribuição social bruta (CSO)	18	108.300	96.489
Receitas com contribuição social do nacional (CSN)	18	3.095	2.022
Receita de empresas beneficiadas	19	1.868	7.280
Outras receitas operacionais	20	843	2.897
		<u>114.106</u>	<u>108.688</u>
Total das Receitas			
Despesas (-)			
Despesas com Pessoal, encargos e benefícios sociais	21	(48.503)	(51.555)
Despesas com serviços profissionais e contratados	22	(12.174)	(17.511)
Custos e despesas de operacionalização	23	(6.844)	(13.421)
Encargos diversos	24	(668)	(1.137)
Despesas com provisões	25	(728)	(6.766)
Depreciação e amortização	26	(2.111)	(1.996)
Outras despesas	27	(4)	(599)
		<u>(71.032)</u>	<u>(92.985)</u>
Total das Despesas			
		<u>43.074</u>	<u>15.703</u>
Superávit / Déficit antes do resultado financeiro líquido			
Receitas Financeiras	28	13.346	23.804
Despesas Financeiras	28	(56)	(121)
Variações Ativas e Passivas	28	(53)	72
		<u>13.237</u>	<u>23.755</u>
Resultado financeiro líquido			
		<u>56.311</u>	<u>39.458</u>
Superávit do exercício			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/12/2017
Superávit do exercício	56.311	39.458
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>56.311</u>	<u>39.458</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit do exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	382.100	30.365	299.645	712.110
Absorção do superávit do período	299.645	-	(299.645)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	103	3	-	-
Superávit do exercício	-	-	39.458	39.458
Saldo em 31 de março de 2017	681.848	30.262	39.458	751.568
Saldo em 31 de dezembro de 2017	687.689	24.421	194.667	906.777
Absorção do superávit do período	194.667	-	(194.667)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	70	(70)	-	-
Superávit do exercício	-	-	56.311	56.311
Saldo em 31 de março de 2018	882.426	24.351	56.311	963.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	56.311	39.458
Ajustes:		
Depreciação e amortização	2.112	1.996
Baixa do ativo imobilizado	4	100
Perdas ao valor recuperável	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	110	843
Provisão para perda em fundos de investimento	13	(3.380)
Provisão de férias e encargos	(3.131)	(4.075)
	<u>55.418</u>	<u>34.942</u>
(Aumento)/diminuição nas contas do ativo		
Créditos a Receber	(1.015)	(1.372)
Adiantamentos concedidos	667	2.749
Numerários vinculados a convênios e programas	-	2
Convênios a Executar	-	471
Créditos com o Sistema SEBRAE	35.779	68.834
Depósitos judiciais	(88)	(317)
Microcrédito	(114)	-
Outros créditos	(898)	829
Aumento/(diminuição) nas contas do passivo		
Benefícios a empregados	(1.011)	(1.959)
Contas a pagar a fornecedores e outros	(1.275)	2.111
Obrigações com convênios e contratos	-	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(2.651)	(672)
Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	(156)	(156)
	<u>84.656</u>	<u>105.463</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		
	<u>84.656</u>	<u>105.463</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições/Baixas ao ativo imobilizado	(576)	(601)
Adições/Baixas ao ativo intangível	(1.078)	-
Fundos de investimentos	(1.202)	(777)
Aplicações financeiras (adições)	(8.330)	(17.212)
Aplicações financeiras (baixas)	-	51.743
	<u>(11.186)</u>	<u>33.153</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento		
	<u>(11.186)</u>	<u>33.153</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>73.470</u>	<u>138.615</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	256.234	13.358
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>329.704</u>	<u>151.973</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>73.470</u>	<u>138.615</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Vergueiro, 1.117, Bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo.

O âmbito de atuação do SEBRAE - SP constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas no Estado de São Paulo, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE - SP recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional, que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE - SP é uma entidade isenta do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15º). Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15º §3º, alterada pela Lei nº 9.718/98, art. 10º).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável, não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12º §2º e art. 15º §2º).

De acordo com o inciso I do art. 12º do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da contribuição social.

As operações da Entidade são substancialmente mantidas por meio de repasse de recursos do SEBRAE Nacional. O superávit apurado no exercício será absorvido pelo patrimônio social.

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de preparação

2.1 Usos de estimativas

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Normas Brasileiras de Contabilidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do NBC TG 27 e instrumentos financeiros classificados como equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4), as aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 11.2), fundos mútuos de investimento (Nota Explicativa nº 11.1) e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº 29).

2.2 Usos de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros (Nota Explicativa nº 30), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11.4), provisões (Nota Explicativa nº 10) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 29). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO se referem às transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade. Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades Regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN são relacionadas à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos (Nota Explicativa nº 18).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem.

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 19).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros disponível para venda

Títulos resgatáveis listados, quando mantidos para serem negociados em um mercado ativo, são classificados como sendo disponíveis para venda e são mensurados ao valor justo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e ativos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 15).

c. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo (Nota Explicativa nº 11.4).

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial da NBC TG 27, no que diz respeito ao custo atribuído.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas de depreciação anuais estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	1,67%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Instalações	10%
Veículos e acessórios	20%

e. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos a cada 3 anos, para identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior

entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. A próxima revisão será realizada no 2º semestre 2018.

g. *Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração*

O adiantamento sobre vendas dos direitos de administração é amortizado mensalmente por cálculo linear do período da concessão do direito de uso, que foi vendido por um prazo determinado (Nota Explicativa nº 16).

h. *Provisões*

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 10).

i. *Benefícios a empregados*

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável (Nota Explicativa nº 12).

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE/SP é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE-SP reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de seus participantes.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE-SP contrata anualmente um atuário qualificado (Nota Explicativa nº 29).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Trata-se de disponibilidades imediatas em caixa, contas-correntes bancárias e aplicações financeiras conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Contas Bancárias (i)	444	318
Aplicações Financeiras (ii)	<u>329.260</u>	<u>255.916</u>
Total	<u>329.704</u>	<u>256.234</u>

(i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas correntes bancárias, cuja a posição, no período de três meses findo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, se encontra a seguir descrita:

Caixa e Bancos	31/03/2018	31/12/2017
Caixa	132	132
Banco do Brasil	130	126
Caixa Econômica Federal	47	16
Banco Bradesco	<u>135</u>	<u>44</u>
Total	<u>444</u>	<u>318</u>

(ii) Os recursos aplicados são destinados a manutenção operacional e administrativa da entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	BB Milênio	209.517	102.621
Caixa Econômica Federal	FI	<u>119.743</u>	<u>153.295</u>
Total		<u>329.260</u>	<u>255.916</u>

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

5 Créditos a receber

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Créditos a Receber (i)	947	1.082
Cheques e Cartão (ii)	4.330	3.180
(-) Provisão para Devedores Duvidosos (iii)	<u>(565)</u>	<u>(565)</u>
Total	<u>4.712</u>	<u>3.697</u>

(i) Créditos a receber referente a operações de venda de produtos e cursos.

(ii) Refere-se a Cheques e Cartão com possibilidades de recebimentos com processos iniciados, vinculados às operações com os nossos clientes.

(iii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro. Os títulos incobráveis serão baixados e transferidos para carteira “perdas”, pós deliberação da Diretoria Executiva.

O acréscimo na rubrica “Cheques e Cartão”, ocorreu devido ao aumento nas vendas com cartão de crédito, decorrentes da prestação de serviços a empresas beneficiadas.

6 Adiantamentos Concedidos

O grupo é formado por adiantamento a funcionários, adiantamento para viagens e a terceiros, conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/3/2017	31/12/2017
Adiantamentos a funcionários	761	1.405
Adiantamentos para viagens	57	17
Adiantamentos a terceiros	2.273	2.336
Total	3.091	3.758

7 Convênios a executar

Refere-se a adiantamento de repasse de recursos aos parceiros em convênios e parcerias firmados com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Liberações de convênios	5.915	5.915
(-) Execuções de convênios	(5.446)	(5.446)
(-) Devoluções de convênios	(84)	(84)
Total	385	385

As parcelas dos recursos são liberadas à medida que há comprovação por parte dos parceiros da execução dos valores já adiantados. Não houve movimentação no período.

8 Transações com o Sistema SEBRAE

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE

Pessoal-chave da Administração

Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com partes relacionadas referem-se, basicamente, às transferências de recursos realizadas entre o SEBRAE-SP e o SEBRAE-NA, e estão apresentadas conforme os quadros abaixo:

8.1 *Créditos com o Sistema Sebrae*

Ativo	31/03/2018	31/12/2017
Recursos ordinários a receber	31.620	67.399
Total	31.620	67.399

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

8.2 *Obrigações com o Sistema Sebrae*

Passivo	31/03/2018	31/12/2017
Contribuição social nacional - CSN a comprovar	922	3.572
Total	922	3.572

O saldo na rubrica “Contribuição social nacional - CSN a comprovar” se refere aos recursos recebidos para subsidiar projetos a serem comprovados ao SEBRAE Nacional.

8.3 *Transações de Resultado*

Resultado	31/03/2018	31/03/2017
Receitas com contribuição social bruta (CSO)	108.300	96.489
Receitas com contribuição social do nacional (CSN)	3.095	2.022
Total	111.395	98.511

8.4 *Remuneração do pessoal-chave da administração*

Empréstimos para Diretores:

A entidade não concede empréstimos a diretores e outros dirigentes.

Remuneração do pessoal-chave da administração:

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o Art. 6º do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência estatutária do Conselho Deliberativo Nacional e do Conselho Deliberativo Estadual a definição de remuneração e

benefícios da Diretoria Executiva que, nos períodos findos em 31/03/2018 e 31/03/2017 foram:

Remuneração do pessoal-chave da administração	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	847	733
Benefícios	<u>51</u>	<u>61</u>
Total	<u>898</u>	<u>794</u>

As transações com o Fundo de Pensão ocorridas até março de 2018 estão demonstradas na Nota Explicativa nº 29.

9 Outros créditos

O grupo é formado cauções e despesas pagas antecipadamente, conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/03/2018	31/12/2018
Cauções	417	222
Reembolso de Juros e Multa	483	481
Benefícios a Funcionários	763	68
Prêmio de seguro a apropriar	131	93
Garantia estendida equipamentos de informática	125	148
Outras despesas a apropriar	<u>155</u>	<u>163</u>
Total	<u>2.074</u>	<u>1.175</u>

O aumento na rubrica “Benefícios a Funcionários” refere se a estoque de vale alimentação a ser distribuído aos colaboradores em abril de 2018.

A redução na rubrica “cauções” se refere ao resgate de depósito judicial.

10 Provisões

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a movimentação da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e obrigação legal e os respectivos depósitos realizáveis estavam apresentados da seguinte forma:

	<u>Depósitos Realizáveis</u>		<u>Provisão</u>		<u>Líquido</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Riscos trabalhistas	1.457	1.461	4.897	4.927	3.440	3.466
Riscos cíveis	792	773	2.844	2.777	2.053	2.004
Obrigação legal	<u>15.805</u>	<u>15.732</u>	<u>15.805</u>	<u>15.732</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>18.053</u>	<u>17.966</u>	<u>23.546</u>	<u>23.436</u>	<u>5.493</u>	<u>5.470</u>

	Trabalhistas	Cíveis	Obrigação legal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.927	2.777	15.732	23.436
(+) Complemento de provisão	283	-	73	356
(+) Atualização monetária	89	67	-	156
(-) Reversão/baixa de provisão	(402)	-	-	(402)
Saldo em 31 de março de 2018	<u>4.897</u>	<u>2.844</u>	<u>15.805</u>	<u>23.546</u>

Destacamos as variações nos valores trabalhistas referentes ao complemento no valor de R\$ 283 devido à alteração da probabilidade de perda de nove processos judiciais no total de R\$ 220, alteração do valor da causa de dois processos no total de R\$ 63. Além disso, houve reversão de provisão no valor de R\$ 317 referente à alteração da probabilidade de perda de seis processos e de R\$ 85 referente à alteração do valor da causa de cinco processos judiciais. Nas ações de natureza cível, não houve provisão referente à alteração da probabilidade de perda e alteração do valor da causa. Nas obrigações legais, houve complemento de provisão no valor de R\$ 73 referente ao IPTU de imóveis próprios no Município de São Paulo.

Os processos trabalhistas eram atualizados mediante a aplicação da Taxa Referencial Diária – TRD, com o acréscimo de juros de mora equivalentes a um por cento ao mês. De acordo com a decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST de 04/08/2015, os débitos trabalhistas passariam a ser atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os juros de mora, de um por cento ao mês, permaneciam inalterados. O TST determinou que os efeitos da decisão incidiriam sobre todos os processos em curso, ressalvados os processos já quitados ou extintos, em tramitação final. A aplicação da TRD para a correção monetária acabava por não recompor, de fato, os débitos trabalhistas, que, ao revés, acabavam por minguar ante as perdas inflacionárias no decorrer dos anos. Ainda, o TST estabeleceu que o IPCA-E deveria ser aplicado a partir de 30 de junho de 2009, de forma que todos os débitos decorrentes de ações trabalhistas devidos a partir da referida data seriam integralmente corrigidos pelo IPCA-E. Os débitos trabalhistas anteriores a essa data estipulada pelo TST receberiam tratamento híbrido: até a data de corte os valores seriam corrigidos pela TRD, após pelo IPCA-E. Porém, em 14/10/2015 o Supremo Tribunal Federal - STF, em sede liminar, determinou a suspensão dos efeitos da decisão do TST enquanto não julgado o recurso interposto, ou seja, em todas as execuções trabalhistas deverão ser aplicados os índices de atualização monetária da TRD.

Obrigação legal

As obrigações legais são constituídas com base em melhores estimativas da Administração da Entidade, os quais já possuem depósitos judiciais e estão apresentados pelo seu provável valor de desembolso. Tais provisões estão representadas por questionamentos judiciais quanto à incidência de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre os bens imóveis da Entidade, decorrente de sua condição de entidade imune de tributos.

Contingências passivas com estimativas de perdas possíveis

O SEBRAE-SP possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica interna e externa com probabilidade de perda “possível” (naturezas trabalhista e cível), os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Riscos trabalhistas	6.780	5.028
Riscos cíveis	2.365	10.241
Total	9.145	15.269

11 Investimento, Imobilizado e Intangível

11.1 Fundos de Investimentos

Descrição	Administrador	31/03/2018	31/12/2017
Returning Entrepreneur Investment Fund (FM IEE)	DGF Invest. Gestão de Fundos Ltda.	1.500	1.500
Provisão para desvalorização (FM IEE)		1.981	1.984
Fundo de Inovação Paulista - FIP	Lions Trust Adm. de Recursos Ltda.	7.538	6.336
Provisão para desval/valorização (FIP)		1.944	1.954
Total		12.963	11.774

A provisão para desvalorização/valorização se refere aos ajustes em relação aos valores das cotas dos fundos.

Returning Entreprenur Investment Found (REIF)

Trata-se de um Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes, administrado pela DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda. A custódia é efetuada pelo Itaú Unibanco S.A. O REIF foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 209. A finalidade do Fundo é a obtenção de ganhos de capital mediante a valorização dos ativos que compõem a carteira e, em menor proporção pelo recebimento de rendimento de suas aplicações, nos limites e percentuais definidos em sua política de investimento.

Fundo de Inovação Paulista (FIP)

Trata-se de um Fundo de Investimento em Participações, administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. A custódia é efetuada pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo de Inovação Paulista foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 391. A finalidade do fundo é a obtenção de rendimentos por meio de investimentos em ações, debentures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e/ou permutáveis por ações de emissão de Companhias Alvo ou Companhias Investias que tenham sido objeto de emissão primária ou, excepcionalmente de negociação secundária.

11.2 Aplicações financeiras longo prazo

Instituição financeira	Tipo de aplicação	31/03/2018	31/12/2017
Caixa Econômica Federal	CDB	520.454	512.124
Total		520.454	512.124

O tipo de aplicação das operações de longo prazo são todas CDB pós-fixados em CDI.

Não houve variação significativa no período.

11.3 Programa de Crédito

Descrição	Administrador	31/03/2017	31/12/2017
	Fundo de Invest. de Cred. Produtivo Popular de São Paulo	Desenvolve SP.	10.338
Total		10.338	10.224

Trata-se de um Convênio que tem por objeto o estabelecimento de diretrizes para a operacionalização do PROGRAMA DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – PROMEI JURO ZERO, instituído pelo Decreto nº 62.417, de 13 de janeiro de 2017, com recursos aportados pelo SEBRAE – SP junto ao Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo, bem como a equalização dos juros por parte do ESTADO DE SÃO PAULO tendo como gestora a DESENVOLVE – SP, de acordo com o Plano de Trabalho que integra o presente Convênio.

11.4 Ativo Imobilizado

A seguir a composição do ativo imobilizado em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Edificações	Terrenos	Obras em andamento	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Veículos e acessórios	Total do ativo imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	47.219	47.302	3.645	7.528	8.499	21.069	5.510	6.190	146.962
Adições	3.200	-	247	3	327	-	691	-	4.468
Baixas	(297)	-	(3.892)	(8)	-	(1)	-	-	(4.198)
Saldo em 31 de março de 2018	50.122	47.302	-	7.523	8.826	21.068	6.201	6.190	147.232
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(9.357)	-	-	(4.219)	(4.633)	(14.545)	(3.937)	(5.682)	(42.373)
Depreciação no período	(220)	-	-	(164)	(224)	(919)	(94)	(134)	(1.755)
Baixa	297	-	-	4	-	1	-	-	302
Saldo em 31 de março de 2018	(9.280)	-	-	(4.379)	(4.857)	(15.463)	(4.031)	(5.816)	(43.826)
Em 31 de dezembro de 2017	37.862	47.302	3.645	3.309	3.866	6.524	1.573	508	104.589
Em 31 de março de 2018	40.842	47.302	-	3.144	3.969	5.605	2.170	374	103.406

As principais variações no período foram as seguintes:

As adições nas rubricas “Edificações” e “Instalações” ocorreram devido ao término da reforma no imóvel da rua 24 de Maio. Durante o período de obras, as adições foram controladas na rubrica “Obras em Andamento”, com o término e inauguração do Escritório Regional Capital Centro houve a transferência para as respectivas contas.

A adição em “Móveis e Utensílios” devido a contratação de empresa especializada no fornecimento e montagem de mobiliário, sob demanda, para os novos postos de atendimento do SEBRAE-SP denominado SEBRAE AQUI e também aquisição de mobiliário para o Palácio Campos Elíseos.

A baixa em “Edificações” refere-se a depreciação acumulada passada do imóvel da rua 24 de Maio.

As demais variações se referem substancialmente ao registro das depreciações do período.

11.5 Intangível

	<i>Softwares</i>	Total do intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.675	8.675
Adições	1.078	1.078
Baixas	-	-
Saldo em 31 de março de 2018	9.753	9.753
Amortização		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(6.204)	(6.204)
Amortização no período	(356)	(356)
Saldo em 31 de março de 2018	(6.560)	(6.560)
Valor contábil		
Em 31 de dezembro de 2017	2.471	2.471
Em 31 de março de 2018	3.193	3.193

Houve aquisição de licenças de softwares da plataforma Microsoft. As demais variações se referem ao registro das amortizações do período.

12 Remuneração e Encargos

Refere-se a saldos a pagar decorrentes de benefícios aos seus empregados:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Remuneração a pagar	(13)	5
Encargos sociais a recolher	3.530	3.934
Consignações da folha de pagamento	6.191	5.199
Total	9.708	9.138

13 Obrigações tributárias

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
IRRF s/ salários a recolher	1.296	2.709
IRRF s/ serviços a recolher	60	67
ISS s/ serviços a recolher	39	49
INSS retido s/ serviços a recolher	148	151
Pis/Cofins/CSLL retido s/ serviços a recolher	127	182
Pis a recolher	94	188
Total	1.764	3.346

As variações em “IRRF sobre salários a recolher” e “PIS a recolher” se referem aos encargos de 13º salário provisionados em dezembro de 2017.

14 Obrigações Trabalhistas

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Provisão de férias e encargos	16.081	17.182
Provisão de 13º salário e encargos	3.001	-
Provisão s/ remuneração variável	1.865	6.895
Total	20.947	24.077

A variação na rubrica “Provisão de 13º salário e encargos” se refere ao registro da provisão acumulada de janeiro a março de 2018, sendo que em 31/12/2017 não há registro devido à liquidação financeira ter sido realizada integralmente naquele mês.

Parte da provisão sobre remuneração variável do ano de 2017 foi paga aos funcionários ativos no mês de março de 2018.

15 Contas a pagar

A rubrica se refere, substancialmente, ao registro de obrigações sobre a compra de materiais gerais e prestação de serviços para manutenção dos custos de operacionalização da Entidade, como consultorias, treinamentos e repasses às entidades conveniadas.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores	7.437	7.337
Sebraetec	36	36
Soluções Tecnológicas	1.509	1.945
Super MEI	2.430	8.021
Programa Alimentos Seguros	117	282
Adiantamento de clientes	6.112	1.781
Cauções e dep. p/ licitações	95	381
Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	623	623
Outras obrigações	820	48
Total	19.179	20.454

O principal motivo da redução na rubrica “Super MEI” se refere ao pagamento das provisões dos serviços realizados pelo SENAI, SENAC e Centro Paula Souza.

A rubrica “Adiantamento de clientes” se refere a valores de receitas a apropriar referentes às receitas do período.

Em “Cauções e depósitos p/ licitações” são registrados os depósitos cauções recebidos de fornecedores para garantias contratuais.

O saldo em “Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração” se refere ao montante de curto prazo do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A. O valor total da prestação de serviços foi de R\$ 3.115, e está sendo mantido como obrigações de curto e longo prazos, sendo que a receita é apropriada mensalmente durante o período de vigência contratual de 5 anos. Nas receitas a apropriar de curto prazo são mantidas 12 parcelas de R\$ 52.

16 Outras obrigações - não circulante

Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração

A rubrica se refere ao montante classificado no longo prazo referente ao valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, conforme mencionado na nota 15. Nas receitas a apropriar de longo prazo são mantidas as parcelas que serão apropriadas após 1 ano.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	841	996
Total	841	996

17 Patrimônio líquido

É composto substancialmente de superávit acumulado, superávit do período e ajuste de avaliação patrimonial.

Descrição	30/03/2018	31/12/2017
Superávit acumulado	882.426	687.689
Superávit do período	56.311	194.667
Ajuste de avaliação patrimonial	24.351	24.421
Total	963.088	906.777

Superávit acumulado

A variação refere-se ao resultado apurado no exercício anterior que foi absorvido pelo Patrimônio Social.

Superávit do período

Representa o resultado auferido no exercício social corrente.

Ajuste de avaliação patrimonial

Na adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), em 1º de janeiro de 2009, a Administração aplicou, com base em laudos de empresas especializadas, os custos atribuídos a terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos. Sua realização ocorre na medida da realização dos bens de origem, via depreciação, alienação ou baixa.

18 Receitas com contribuição social

Descrição	31/03/2018	31/03/2018
Contr. Social Ordinária - CSO (a)	108.300	96.489
Contr. Social Nacional - CSN (b)	3.095	2.022
Total da receita líquida	111.395	98.511

(a) Na conta “Contribuição social ordinária” são alocadas as receitas transferidas pelo SEBRAE Nacional para custeio das atividades do SEBRAE/SP.

(b) O acréscimo em “Contribuição Social Nacional” ocorreu principalmente devido à apropriação das receitas de CSN Projetos provenientes do SEBRAE-NA para subsidiar os projetos do SEBRAE-SP, além do aumento no valor do repasse mensal da CSN Saúde.

19 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Treinamentos	361	307
Consultoria	526	934
Feiras	17	2.668
Palestras	17	-
EMPRETEC	641	613
Cotas de Patrocínios /Missões empresariais /Outros	306	2.758
Total	1.868	7.280

O decréscimo na comparação com o período anterior aconteceu devido a mudança de data na realização da Feira do Empreendedor 2018 (abril/2018)

20 Outras receitas operacionais

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Recuperação e restituições	37	19
Receitas oper. F. Pagto - ent. Bancária	156	156
Devoluções de convênios	-	69
Receita reversão prov. contingência trabalhista	402	1.978
Receita reversão prov. outras contingências	-	16
Penalidade a Clientes/Fornecedores	133	269
Recuperação de Créditos	17	6
Reversão Provisão Sebraetec/Inova	-	50
Receitas de Exercícios Anteriores	-	286
Descontos Recebidos	93	48
Fator Moderador Plano de Saúde	5	-
Total	843	2.897

O saldo em “receitas oper. F. Pagto - ent. bancária” se refere à apropriação do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A.

O saldo em “receita de reversão de provisão de contingência trabalhista” no primeiro trimestre de 2017 foi maior devido à alteração de probabilidade de perda e valor da causa de processos judiciais.

21 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Salário e proventos	(25.058)	(25.663)
13º salário	(2.332)	(2.412)
Férias	(3.155)	(3.983)
Indenizações trabalhistas	(1.651)	(980)
Encargos trabalhistas	(9.541)	(9.991)
Benefícios sociais	(6.766)	(8.526)
Total	(48.503)	(51.555)

Informamos que não houve reajuste salarial em janeiro 2018, por estar em negociação sindical.

No período de tivemos 17 demissões em 2017 e 24 demissões em 2018.

Benefícios sociais, em março de 2017 foi lançado o valor da diferença de sinistralidade R\$ 1.595.738,70.

22 Despesas com serviços profissionais e contratados

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Instrutoria e consultoria	(1.627)	(1.633)
Serviços técnicos especializados	(2.857)	(1.422)
Manutenção, segurança e limpeza	(2.600)	(2.342)
Locação de mão-de-obra	(3.401)	(3.945)
Estagiários	(907)	(969)
Serv. de apoio administrativo	(10)	(9)
Organização e promoção de eventos	(120)	(6.817)
Menor aprendiz	(223)	(18)
Outros serviços contratados	(429)	(356)
Total	(12.174)	(17.511)

O principal motivo do acréscimo em “Serviços técnicos especializados” se refere a prestação de serviços com estudos, pesquisas e análises técnicas através do Fornecedor Praxian Consultoria Ltda. Com objetivo de ampliar a base de Micro e Pequenas empresas a serem atendidas pelo Sebrae-SP.

A variação na rubrica “Organização e promoção de eventos” se refere a Feira do Empreendedor 2017, ao qual em 2018 terá suas despesas registradas no 2º Trimestre, na realização da feira.

23 Custos e despesas de operacionalização

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Despesa de viagem	(421)	(535)
Aluguéis e encargos	(2.106)	(5.317)
Divulgação, anúncios, public. e propaganda	(398)	(3.999)
Serviços gráficos e de reprodução	(1.059)	(1.071)
Serviços de comunicação	(1.118)	(643)
Materiais de consumo	(607)	(695)
Demais custos e despesas gerais	(1.135)	(1.161)
Total	(6.844)	(13.421)

Na rubrica “Despesa com viagens”, o decréscimo se dá principalmente pela redução nas despesas com viagens internacionais.

No grupo “Despesa com aluguéis e encargos” houve redução com Aluguel de Espaços em Feiras pois no primeiro trimestre de 2018 não houve a despesa com a Feira do Empreendedor 2018.

Aumento em “Serviços de comunicação”, ocorreu devido ao envio do Jornal de Negócios passou a ser pelos Correios.

24 Encargos diversos

Neste grupo são registradas as despesas tributárias e taxas de expediente.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
IPVA	(32)	(35)
IPTU/ITBI	(324)	(622)
IR sobre aplicações financeiras	-	(150)
Pis	(300)	(314)
Taxas	(12)	(16)
Total	(668)	(1.137)

A variação em “IR sobre aplicações financeiras” ocorreu devido à isenção do imposto sobre as aplicações.

25 Despesas com provisões

Refere-se ao registro de perdas, onde são considerados todos os fatores conhecidos na estimativa do risco e na expectativa das perdas. Neste grupo são registradas as prováveis contingências de ações cíveis em andamento, autuações fiscais e reclamações trabalhistas, cujo valor seja possível estimar/calcular, envolve um grau de incerteza quanto à efetiva ocorrência e que, em função de um evento futuro, poderá resultar em perda para a empresa.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Prov. p/ reclamações trabalhistas	(655)	(1.832)
Prov. p/ ações cíveis	-	(1.051)
Prov. p/ riscos fiscais	(73)	(307)
Prov. p/ perdas diversas	-	(391)
Prov. p/ IRRF s/ rendimento de fundos e aplicações LP	-	(3.185)
Total	(728)	(6.766)

A variação na rubrica “provisão para reclamações trabalhistas” se refere principalmente ao aumento do valor da causa, alteração de probabilidade de perda e novos processos que entraram no primeiro trimestre de 2017, houve uma redução no primeiro trimestre de 2018. Na rubrica “provisão para ações cíveis” em 2018 não houve registro de novos processos e alteração do valor da causa. Em “provisão para riscos fiscais” houve redução no complemento de provisão referente ao IPTU dos imóveis próprios, menor do que no primeiro trimestre de 2017.

A provisão para IRRF sobre rendimento de fundos obtivemos isenção a partir de agosto/2017. Em 2018 não houve provisão para perdas diversas.

26 Depreciação e amortização

São registradas as despesas com a diminuição de valor de bens móveis e imóveis pelo desgaste e/ou perda de utilidade, por uso, ação da natureza ou obsolescência, de acordo com a legislação vigente, calculada em função da vida útil econômica. São também registradas as despesas com diminuição de valor aplicado em sistemas aplicativos e softwares, de acordo com a legislação vigente, por exercício de duração limitada.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Depreciação de bens imóveis	(220)	(149)
Depreciação de bens móveis	(1.535)	(1.497)
Amortização intangível	<u>(356)</u>	<u>(350)</u>
Total	<u><u>(2.111)</u></u>	<u><u>(1.996)</u></u>

A variação se refere substancialmente ao registro das depreciações e amortizações do período.

27 Outras despesas operacionais

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Convênios executados	-	(499)
Custo na baixa do ativo imobilizado	<u>(4)</u>	<u>(100)</u>
Total	<u><u>(4)</u></u>	<u><u>(599)</u></u>

Em “Convênios executados”, são registradas as execuções referentes à prestação de contas de convênios, no

Na rubrica “Custo na baixa do ativo imobilizado” são registrados os custos de aquisições e a depreciação acumulada dos bens extraviados, furtados, sucateados, doados etc., calculados até a data da baixa.

28 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras		
Rendimentos rec. próprios – LP	13.220	20.381
Rend. fundos emp. Emergentes	12	3.423
Variações monetárias ativas	103	260
Outros rendimentos	114	-
Subtotal	13.449	24.064
Despesas financeiras	(31)	(77)
Desvalorização cotas de fundos emp. Emergentes	(25)	(44)
Variações monetárias passivas	(156)	(188)
Subtotal	(212)	(309)
Total receita financeira líquida	13.237	23.755

A redução dos Rendimentos de Recursos Próprios de Longo Prazo no período é decorrente das reduções das taxas de juros, especialmente da taxa Selic que é a balizadora da remuneração dos recursos mantidos em aplicações financeiras.

Os valores registrados nas contas de variações monetárias passivas se referem a atualizações monetárias das obrigações de contingências trabalhistas, cíveis e obrigações legais.

29 Benefícios pós-emprego

A Entidade oferece plano de benefícios de previdência privada, denominado SEBRAEPREV - Instituto SEBRAE de Seguridade Social, implantado durante o exercício de 2004. Neste mesmo exercício, foi aprovada a adesão SEBRAE - NA, ABASE e 17 unidades estaduais do sistema SEBRAE: SEBRAE - AC, SEBAE - AL, SEBRAE - AM, SEBRAE - AP, SEBRAE - BA, SEBRAE - DF, SEBRAE - GO, SEBRAE - MA, SEBRAE - PA, SEBRAE - PB, SEBRAE - PI, SEBRAE - RN, SEBRAE - RO, SEBRAE - RR, SEBRAE - SE, SEBRAE - SP e SEBRAE - TO. No exercício de 2005 ocorreu a adesão de 8 unidades do sistema, SEBRAE - RJ, SEBRAE - MT, SEBRAE - MS, SEBRAE - CE, SEBRAE - ES, SEBRAE - MG, SEBRAE - PR e SEBRAE - SC.

O SEBRAEPREV é um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida, patrocinado pelas unidades que compõem o Sistema SEBRAE e que celebrarem Convênio de Adesão, conforme disposto no Regulamento.

As obrigações do plano são as seguintes:

O custeio do benefício de risco é responsabilidade do Patrocinador e qualquer insuficiência constatada na conta do benefício de risco é responsabilidade exclusiva dos Patrocinadores.

Os Benefícios assegurados pelo Plano SEBRAEPREV são:

- (i) Quanto aos Participantes Patrocinados, Participantes Mandatários, Autopatrocinados e sem Remuneração em Autoprocínio:
 - (a) Aposentadoria Antecipada;
 - (b) Aposentadoria Normal; e
 - (c) Aposentadoria por Invalidez.
- (ii) Quanto aos Beneficiários:
 - (a) Pensão por Morte.

Os Benefícios serão pagos aos Participantes ou aos Beneficiários que os requererem, conforme o caso, sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos previstos no regulamento Sebraeprev.

Os Benefícios assegurados pelo Plano SEBRAEPREV são classificados em:

- (i) Benefício Programado, assim entendido a Aposentadoria Normal e a Aposentadoria Antecipada;
- (ii) Benefícios de Riscos, assim entendidos a Aposentadoria por Invalidez e a Pensão por Morte.

Para a manutenção deste plano de benefícios são efetuadas contribuições mensais, conforme segue:

A contribuição básica do participante corresponde a um percentual de 1% a 7% do salário de contribuição excedente a 15 vezes o valor de referência previdenciário.

A contribuição básica do SEBRAE - NA é mensalmente obrigatória e corresponde a 100% da contribuição básica do participante, efetuada pelo seu respectivo participante patrocinado e participante mandatário.

Cabe ao patrocinador fundador (SEBRAE Nacional) o aporte inicial do Serviço Passado, em pagamento único, que ficará num fundo específico do SEBRAEPREV, denominado Fundo de Aporte Inicial de Serviço Passado, que será creditado mensalmente na conta do Participante, em valor idêntico ao da contribuição do Participante.

O Plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. Para se calcular os valores envolvidos, o SEBRAE contrata anualmente um atuário qualificado. As principais premissas do plano estão demonstradas nas demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Para o período de 31 de março de 2017, não ocorreram mudanças significativas nas premissas atuariais no Plano SEBRAEPREV e outras variáveis que pudessem afetar de forma relevante o resultado atuarial.

Os custos com depósitos para planos de contribuição definida em 31 de março de 2018 foram de R\$ 1.079 (R\$ 1.108 em 31 de março de 2017).

30 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações financeiras).
- Aplicações financeiras (CDB e Fundos de Investimento).
- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito é praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	329.704	256.234
Aplicações financeiras	11.2	520.454	512.124
Contas a receber de clientes	5	4.712	3.697
Outros créditos	9	2.074	1.175
Transações com o Sistema SEBRAE	8.1	31.620	67.399
Fundos mútuos de investimentos	11.1	12.963	11.774

Os Fundos de investimentos se referem a: FIP – Fundo de Investimento em Participações e FMIEE – Fundo Mútuo de Empresas Emergentes, ambos regulamentados pela CVM.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade poderá encontrar no caso de dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de março, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em 31/03/2018	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benef. a empreg/Obrig. tribut.	11.472	11.472	-	-
Contas a pagar fornec. e outros	19.179	20.454	-	-
Provisão de férias e encargos	20.947	-	20.947	-
Obrig. c/ Sistema SEBRAE	922	-	922	-
Receitas a apropriar	841	-	-	841

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. As aplicações por meio dos fundos de investimento

são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do NBC TG 40 (R2) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/SP desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da Entidade que estão sujeitos às oscilações nas taxas DI, os quais, não estão sujeitos às oscilações nas taxas de TJLP e IGP-M. A Entidade estima com base no Relatório Focus – Expectativas de Mercado, emitido pelo BACEN em 13/04/2017 que a média (top 5) da Meta Taxa Selic - fim de período será de 6,25% no ano. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma baixa nas taxas de 10% e 20% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Alta da Variação da taxa SELIC	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2018		
		Provável	Possível – 10%	Remoto – 20%
		6,25%	5,63%	5,00%
	520.454	552.982	549.755	546.476
Efeito da Variação da taxa SELIC		32.528	29.301	26.022
Alta da Variação da taxa SELIC	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2019		
		Provável	Possível – 10%	Remoto - 20%
		7,85%	7,07%	6,28%
	520.454	561.309	557.250	553.138
Efeito da Variação da taxa SELIC		40.855	36.796	32.684

Impactos no Resultado	31/12/ 2018	31/12/2019
Cenário Possível - Cenário Provável		
SELIC	(3.227)	(4.059)
Cenário Remoto - Cenário Provável		
SELIC	(3.279)	(4.112)

Hierarquia do valor justo

O NBC TG 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O NBC TG 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com o NBC TG 40, a Entidade mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundos mútuos de investimentos pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras (CDB) são classificados como Nível 2, enquanto que as aplicações financeiras (fundos de investimento) e fundos mútuos de investimento são classificados como nível 1.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

	Nota	Nível	31/03/2018	31/12/2017
Aplic. financeiras (eq. caixa)	4	2	329.260	255.916
Aplicações financeiras (CDB)	11.2	2	521.906	513.719
Fundos mútuos de investimentos	11.1	1	12.963	11.774

31 Informações adicionais

Diretor Superintendente: Bruno Caetano Raimundo

Diretor Técnico: Ivan Hussni

Diretor de Administração e Finanças: Pedro Rubez Jeha



Ismael Toledo Junior
Contador – CRC 1SP174698/O-9